

**VIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE
DROGAS E ÁLCOOL DE SÃO PAULO
-COMUDA**

Ata da ordem do dia 21 de setembro de 2014

São Paulo – São Paulo

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DROGAS E
ÁLCOOL DE SÃO PAULO**

ATA DA VIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMUDA

Data: 21/10/2014

Presentes: Cristina Maria Viscome, Representante da Secretaria Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS; Airton José Marangon, Representante da Secretaria Municipal de Cultura – SMC; Caio Yamaguchi, Representante da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos – SNJ; Euclides Conradim, Representante da Guarda Civil Metropolitana – GCM; Leonardo Penafiel Pinho, Representante Titular da Associação Incluir Mais; Rogério Taffarello, Representante Titular do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM; Maria Elizabeth Tassinari, Representante

do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo – CRF/SP; Gisele Nanini Mathias, Representante da Secretaria Estadual de Educação – SEE; Rosangela Elias, Representante da Secretaria Estadual de Saúde – SES. Os convidados (as): Sra. Fernanda Valente, Representante do AIJF.

ABERTURA: A Coordenadora Municipal de Política de Drogas, Sra. Angélica inicia a reunião cumprimentando a todos e questiona aos membros do Conselho se gostariam de sugerir algum item pauta. Informa que terão como pauta de trabalho: informes sobre algumas viagens que foram realizadas pela Secretaria de Direitos Humanos; informes sobre a realização do Seminário do dia 13 de novembro; informe sobre as Comissões formadas e sobre alguns ofícios encaminhados pelo COMUDA. Comunica que a Secretaria de Direitos Humanos junto com a Secretaria Municipal de Saúde foi convidada para participar da V Conferência Latino-Americana de Políticas Públicas sobre Drogas, que aconteceu na Costa Rica no começo de setembro e pondera que as apresentações se mostraram muito condizente com a política do município com relação à questão da necessidade da descriminalização das drogas, principalmente pensando em estimular a reflexão sobre a redução de danos. Articula que houve uma reunião de organização não-governamental com mais de 16 organizações da América Latina, em que elaboraram uma declaração de direitos humanos de usuários de substâncias, sendo que no final da Conferência foi lida e assinada pelas autoridades dos países. Postula que possuem um relatório da Conferência e uma cópia de todas as declarações realizadas que pode enviar a todos os presentes por e-mail. Relata que houve eventos satélites, visto que um deles debateu a pauta sobre as mulheres encarceradas, em que foi constatado o aumento do número de encarceramento, principalmente de mulheres acusadas de tráfico. Elucida que levaram alguns dados do programa De Braços Abertos em relação a HIV e informa a Prefeitura de São Paulo foi convidada para um evento que houve em Salta na Argentina em outubro, que participaram de mesas distintas o SMADS, a Saúde e os Direitos Humanos. Ressalta que estavam discutindo a questão de comunidades terapêuticas, por ser um assunto novo para eles. Notifica que responderam um ofício da Subprefeitura de Pinheiros que solicitava ao COMUDA uma fiscalização em um bar que funcionava próxima a uma escola, do qual foi observado que não era uma competência do COMUDA esse tipo de fiscalização e arrazoou que foi devolvido o ofício dizendo sobre a questão da responsabilidade das Subprefeituras. Discorre que também responderam um ofício do Ministério Público que possuía uma denúncia de 2013 sobre algumas violações que estavam havendo na região da Luz na Cracolândia e que questionava quais eram as políticas públicas do município, o qual foi respondido elencando as diretrizes do município. Pondera que realizaram a solicitação de alteração dos Conselheiros para a OAB, o CREMESP, o Sindicato dos Jornalistas, a Secretaria de Segurança Pública Estadual, Comissão de Promoção Social, Trabalho e Mulher da Câmara, pois os atuais não estão comparecendo as reuniões. O Presidente do COMUDA, Sr. Leonardo Panafiel Pinho articula que o Conselho Estadual de Direitos Humanos, o Conselho Estadual de Drogas, o Conselho Estadual de Saúde estão organizando uma fiscalização das comunidades terapêuticas no Estado de São Paulo, devido ao conjunto de denúncias que chegaram ao Conselho Estadual de Direitos Humanos, sendo que o maior deles é na cidade de São Paulo, na região de Parelheiros que possui 22 comunidades terapêuticas. Intui que seria muito importante pautar esse assunto no Conselho Municipal de Drogas. A Sra. Angélica compreende que é uma questão importante, mas precisam analisar se conseguirão realizar esse trabalho e o Sr. Leonardo Panafiel Pinho comunica que iniciaram a discutir um novo modelo para o Conselho Municipal de Drogas e de uma apropriação maior da sociedade civil do Conselho. A Sra. Angélica postula que a Secretaria de Direitos Humanos elaborou um

edital de chamamento público para projetos de prevenção e educação sobre microrregiões Sul I e Sul II e que, as inscrições podem ser realizadas de 28 de outubro a 11 de novembro. Ilustra que serão conveniadas seis instituições e que, o edital prever R\$135 mil em projetos para serem realizados em 12 meses. Seguindo para a questão do Seminário, relata que não conseguiram realizar um Seminário nas proporções imaginadas, devido às agendas dos palestrantes e que, em uma reunião da Diretoria analisaram que era muito importante que esse evento acontecesse em 2014, pensando na nova gestão do COMUDA e como uma prévia de um evento maior para 2015. Comunica que fecharam a programação e que, será realizado em apenas um dia, no dia 13 de novembro das 8h às 19h, sendo um evento de realização do COMUDA e da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania pautada na questão da política municipal. Explana que haverá uma cerimônia de abertura com a presença de autoridades como o Ministro da Saúde, o Coordenador Nacional de Saúde Mental, o Secretário Nacional de Políticas de Drogas, o Prefeito e as Secretarias envolvidas no programa De Braços Abertos. Em seguida haverá uma apresentação da Secretaria sobre os dados do programa De Braços Abertos e após o almoço, haverá uma apresentação das experiências de como lidar com uso de drogas do Sr. Liz Evans do Canadá, da Sra. Raquel Perayube do Uruguai e do Sr. Marcel Buster da Holanda. Arrazoá que a Mesa do De Braços Abertos será mediado pelo Sr. Antônio Lancetti e a Mesa com os estrangeiros será mediado pelo Sr. Aldo do Conselho Nacional de Políticas de Drogas e que, convidaram os representantes da ECOSOL, que tem feito um trabalho interessante com os atores de transtornos mentais; a República Terapêutica Infanto-Juvenil de Mauá; a República Terapêutica, que tem realizado um trabalho com os adolescentes em situação de rua; o CAPS Capela do Socorro, que realiza um trabalho com relação à redução de danos na rua; Consultório de Rua de São Bernardo do Campo; e o Centro de Convivência É de Lei, que realizam um trabalho no Núcleo de Medidas Socioeducativas. Discorre que existe a possibilidade de ter no final da Conferência uma apresentação com Carl Hart, neurocientista da Universidade de Columbia. O Representante da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos, Sr. Caio Yamaguchi ressalta que o papel da Assessoria tem sido para tentar divulgar a política que está sendo elaborada no município e infere que a proposta do Seminário é correta do ponto de vista de realização de um diálogo interinstitucional com as prefeituras mais próximas para criar uma perspectiva da região metropolitana para sensibilizar as mesmas. Compreende que a contribuição da Academia, no sentido de apontar algumas tarefas precisam ainda ser melhoradas e aprimoradas pela política do município e que, precisam criar uma estratégia de comunicação para que seja um grande evento, mesmo que seja apenas um dia. Solicita que os Conselheiros ajudem a elaborar uma agenda de atividades. O Representante da Secretaria Municipal de Cultura, Sr. Ailton José Maragon indaga qual será o local de realização do Seminário e a Sra. Angélica esclarece que o local ainda não está definido, mas possuem a possibilidade de realizarem no Novo Hotel Jaraguá, ou Emily Hotéis ou no Radson e informa que na quinta-feira terá definido o local. A Representante da Secretaria Estadual de Saúde, Sra. Rosangela Elias entende que a programação está muito interessante e sugere que o próximo evento seja realizado um chamamento para os municípios a partir do Estado para que eles apresentem as suas estratégias exitosas e os seus trabalhos, democratizando a discussão. A Sra. Angélica pondera que entenderam que era muito importante que o convite para os Prefeitos das cidades metropolitanas seja feito pelo Ministério da Saúde ou a SENAD. O Sr. Leonardo Penafiel Pinho intui que seria importante realizar um convite para a saúde mental do Estado diretamente para a Sra. Rosangela Elias para participar da Mesa de Abertura, para mostrar que existe um campo que entende sobre as políticas de saúde

mental, de álcool e drogas pautadas nos Direitos Humanos. A Sra. Rosângela Elias explica que a Secretaria de Estado está fechando várias clínicas ditas como clínicas de repouso e algumas comunidades, que são clandestinas e compreende que poderiam realizar uma somatória de forças para apoiar o COMUDA no processo de fiscalização, porque dificilmente é encontrada apenas uma população nesses espaços. O Sr. Caio Yamaguchi discorre que possuíam duas Comissões, uma de Políticas Públicas e Legislação e outra de Comunicação e Cultura, visto que a Políticas Públicas e Legislação foi retirada do Conselho para realizar um levantamento de todas as políticas de tratamento de álcool e droga para pensar na efetividade da política no município. Pondera que o segundo aspecto dessa Comissão seria criar um Projeto de Lei específico para incluir uma cadeira de Direitos Humanos no Conselho da Assessoria de Drogas. Dos dois trabalhos, o primeiro é muito volumoso e precisaria de uma interlocução com outra Secretaria e o segundo precisaria de uma intensidade com a Câmara, visto que não conseguiram reunir para iniciar os trabalhos. Articula que o levantamento ficará para o início de 2015 por envolver densidade maior, mas postula que talvez pudesse elaborar um PL de alteração mínima incluindo a cadeira na Lei do COMUDA. Com relação à Comissão de Cultura e de Comunicação, o Sr. Caio Yamaguchi arrazoá que as primeiras duas preocupações que surgiram foram com a questão de relacionar com a Secretaria de Esportes e de Cultura para analisar como as políticas dessas Secretarias poderiam estar atreladas no sentido de formação e informação, e a criação de um aparato de comunicação com uma equipe. Discorre que contam com a capacidade da Assessoria bastante reduzida para dar execuções a esses processos e solicita a contribuição dos Conselheiros. O Sr. Leonardo Panafiel Pinho propõe marcarem uma reunião com as lideranças de partidos para levantar os Projetos de Leis apresentados sobre o tema de drogas e solicitar Emendas para fortalecer as políticas de formação e prevenção na política de drogas. Compromete-se a entrar em contato com as lideranças. A Sra. Angélica afirma que a ideia é fantástica e compreende que a Comissão de Cultura e Comunicação poderia trabalhar na elaboração dos 10 mil exemplares de uma publicação do COMUDA para 2015 que está garantida e montar uma cartilha de informações desde o tratamento até as informações sobre efeitos mesmo das substâncias e estratégias de redução de danos. O Sr. Caio Yamaguchi também se coloca a disposição para fazer a conversa com as lideranças dos partidos para debater sobre o PL e questiona se alguém gostaria de fazer o acompanhamento representando o COMUDA nesse esforço dos Conselhos de fiscalizar as comunidades. A Sra. Angélica intui que o enfoque para fiscalizar as comunidades deve ser pautado na Rede de Atenção Psicossocial e o Sr. Leonardo Panafiel Pinho explica que a metodologia de fiscalização é um questionário do Conselho Estadual de Drogas que foi amplamente discutido. Pondera que ficou claro que a fiscalização está quase inócua, porque quando é fechando um estabelecimento irregular é aberto em outro lugar e que, a ideia é conseguir elaborar um grande pacto no Estado, inclusive a nível federal, para envolver outros atores com prerrogativas de punição maior para os donos, uma vez que o COMUDA acompanharia, principalmente a situação de Parelheiros. Informa que dia 05 de novembro as 15h00 haverá a Conselho Estadual de Direitos Humanos para fechar o calendário do final de 2014 e início de 2015 para a fiscalização das comunidades terapêuticas. A Sra. Rosângela Elias comunica que estão realizando um trabalho com o Call Cível para instituir no Estado as Comissões Supervisoras das Internações, uma demanda desde 2001 e relata que no texto aborda a questão das comunidades terapêuticas como um grupo a ser fiscalizado pelas Comissões Revisoras de internação involuntária. Elucida que tem realizado uma discussão com a Corregedoria do Tribunal de Justiça para que saia uma recomendação para que os Juízes não encaminhem suas demandas judiciais para as comunidades

terapêuticas. A Sra. Angélica articula que gostaria de participar da agenda de fiscalização, mas possui o receio por ser Coordenadora Municipal de Política de Drogas. A Representante da Sedes, Sra. Fernanda Valente se apresenta e afirma que possui muito interesse em participar do grupo de fiscalização e o Sr. Caio Yamaguchi também se coloca a disposição. A Sra. Rosangela Elias sugere convidar para a fiscalização o Departamento Regional de Saúde I – DRS1. A Representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Sra. Cristina Maria Viscome também se coloca a disposição para participar do grupo de fiscalização. **ENCERRAMENTO:** A Sra. Angélica agradece a presença de todos e encerra a reunião.

Maria Angélica Comis

Assessora de Políticas Públicas sobre Drogas - São Paulo – SP Outubro de 2014.